

AUTORIZAÇÃO DE CORTE

Nº 431/2024

Identificação do Proprietário

CPF/CNPJ: 83.102.277/0001-52	Nº. CTF/IBAMA: 1208689
NOME: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ	

Endereço

CEP: 88.300-000	LOGRADOURO: RUA ALBERTO WERNER	COMPLEMENTO: 100 -
BAIRRO: VILA OPERÁRIA	MUNICÍPIO: ITAJAÍ	TELEFONE: N/D

Localização da Atividade

CEP: 88.300-000	LOGRADOURO: Rua Alberto Werner	COMPLEMENTO: 100
BAIRRO: Vila Operária	MUNICÍPIO: ITAJAÍ	PROCESSO IMA: VEG/83883/CFI

Dados do Imóvel

UTM X 733.791	UTM Y 7.018.732	MATRÍCULA NO CRI: Decreto Municipal nº 12.259/2021
ÁREA TOTAL: 2,90 ha	ÁREA PRESERVAÇÃO PERMANENTE: 0,81 ha	RESERVA FLORESTAL LEGAL: 0,00 ha
ÁREA AUTORIZADA: 2,9000 ha	ÁREA REMANESCENTE: 0,00 ha	VOLUME DE LENHA: 992,97 st

Dados da AuC

FINALIDADE: Supressão de vegetação nativa, em área urbana, para a implantação dos trechos 2 e 3, do Binário da Avenida Osvaldo Reis, município de Itajaí.	
TIPO DE EXPLORAÇÃO: Supressão de vegetação nativa em área urbana	VÁLIDA ATÉ: 29 de Maio de 2027

Matéria Prima a Ser Extraída

VOLUME TOTAL (toras especificado no verso)\ VOLUME LENHA: 0,00 m³ \ 992,97 st
CLASSIFICAÇÃO DA VEGETAÇÃO: Bioma Mata Atlântica - Floresta Ombrófila Densa Submontana e Terras Baixas - Estágio Médio de Regeneração
ENQUADRAMENTO/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Heiko Budag, Engenheiro Florestal, CREA/SC nº 063997-3, ART nº 9046673-0

Importante

- Este documento ou cópia deverá permanecer no local de sua autorização.
- Deverão ser respeitadas as áreas de preservação permanente previstas em lei.
- O técnico responsável pela elaboração do projeto deverá acompanhar periodicamente as atividades de supressão de vegetação.
- Ao término das atividades encaminhar a IMA ou ao Município Conveniado o relatório técnico conclusivo das operações realizadas.
- O transporte de produtos ou subprodutos florestais deverá ser acompanhado do respectivo DOF - Documento de Origem Florestal.

Parecer Técnico

PARECER TÉCNICO Nº: 2962/2022



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:
http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/auc_numproc_form
FCEI: 587170 CÓDIGO: 431/2024



Relação dos Volumes Totais por Espécie Autorizados

ESPÉCIE			Nº DE ÁRVORES	VOLUME
NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	PRODUTO		
Lenha	Lenha	Lenha m³	0	661.98 m³
TOTAL			0	661.98 m³

Condições Específicas

1. ASPECTOS FLORESTAIS:

ÁREA TOTAL DE SUPRESSÃO: 2,9 ha de vegetação nativa.

SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM APP: intervenção em 0,81 ha de APP de curso d'água.

2. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS:

RESERVA LEGAL: Não aplicável, por se tratar de área urbana

ÁREA VERDE: Não aplicável

COMPENSAÇÃO PELO USO DE APP: Não aplicável

"As obras de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental ficam dispensadas de compensação pelo uso da APP. (NR) (Redação incluída pela Lei no 18.350, de 2022) (Lei no 14.675/2012, Art. 38, § 6o).

De acordo orientação/manifestação contida no processo IMA no 13181/2022 e Ofício no 6321/2022/IMA/PROJUR, por se tratar de obra de utilidade pública fica dispensada a compensação pelo uso de APP.

COMPENSAÇÃO PELA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA: Aplicável

Para a implantação do empreendimento será necessária a supressão de 2,9 ha de vegetação nativa, em estágio médio de regeneração.

Por se tratar de município integrante da zona costeira, a compensação seguirá o disposto no artigo 17 do Decreto no 5300/2004:

"A área a ser desmatada para instalação, ampliação ou realocação de empreendimentos ou atividades na zona costeira que implicar a supressão de vegetação nativa, quando permitido em lei, será compensada por averbação de, no mínimo, uma área equivalente, na mesma zona afetada."

A área a ser recuperada receberá garantia do status de preservação permanente, através de mecanismos legais, no caso, a averbação em matrícula.

A área destinada à compensação, deverá ser averbada no imóvel de matrícula no 35.732, propriedade do Município de Itajaí, que possui área total de 27,94 ha, e está localizada no município de Itajaí, há aproximadamente 3,5 km do empreendimento.

O Termo de Averbação de Área Florestada foi assinado pelo empreendedor e autoridade florestal do IMA. O empreendedor terá um prazo de 90 dias para apresentar ao IMA a certidão atualizada do imóvel, com a averbação da área de compensação, com garantia de status de preservação permanente.

REPOSIÇÃO FLORESTAL: Aplicável

As pessoas físicas ou jurídicas que utilizam matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação nativa ou que detenham autorização para supressão de vegetação nativa, são obrigadas à reposição florestal (Lei nº 12.651/12, art. 33o, § 1o).

Conforme a IN no 24 do IMA, a reposição florestal poderá ser efetuada mediante o plantio de espécies, preferencialmente nativas, através de processo de reposição florestal, conforme IN 46 IMA, ou através da compra de créditos de reposição florestal no sistema SINAFLOR.

Neste caso, a Prefeitura Municipal de Itajaí sinalizou o interesse na aquisição de créditos de reposição florestal, por meio de licitação.

Volume vinculado: 661,98 m3

COMPENSAÇÃO PELA SUPRESSÃO DE INDIVÍDUO DE ESPÉCIE AMEAÇADA DE EXTINÇÃO: Aplicável

Está estimada a supressão de 385 indivíduos, pertencentes à 03 espécies ameaçadas de extinção:

Euterpe edulis (Palmeiro) - VU (MMA, 2022). Estimativa de supressão: 171 indivíduos.

Calophyllum brasiliensis (Olandi) - CR (CONSEMA, 2014). Estimativa de supressão: 171 indivíduos.

Cedrela fissilis (Cedro) - VU (MMA, 2022). Estimativa de supressão: 43 indivíduos.

TOTAL: 385 indivíduos

A Prefeitura apresentou, como proposta de compensação, a doação de mudas para ela mesma, na proporção de 1:10 (Portaria IMA no 210/2021).

No entanto, tendo em vista que o município possui 03 imóveis na área abrangida pela Morraria, o cumprimento desta compensação seguir as seguintes estratégias:

1. Calophyllum brasiliensis (Olandi):

a. plantio compensatório, na proporção de 1:9, totalizando 1539 mudas, que deverão ser distribuídas entre as áreas dos 03 imóveis citados acima.

b. doação de mudas ao INIS, na proporção de 1:1, totalizando 171 mudas

2. Cedrela fissilis (Cedro)

a. plantio compensatório, na proporção de 1:9, totalizando 387 mudas, que deverão ser distribuídas entre as áreas dos 03 imóveis citados acima.

b. doação de mudas ao INIS, na proporção de 1:1, totalizando 43 mudas

3. Euterpe edulis (Palmeiro)

a. doação de mudas ao INIS, na proporção de 1:1, totalizando 171 mudas

b. enriquecimento por meio de lanço de sementes, na proporção de 1:9, totalizando 1539 sementes, que deverão ser distribuídas entre as áreas dos 03 imóveis citados acima.

3. MEDIDAS MITIGADORAS E PROGRAMAS AMBIENTAIS:

- PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DA SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO
- SUBPROGRAMA DE RESGATE E REALOCAÇÃO DA FLORA:
- SUBPROGRAMA DE SALVAMENTO, AFUGENTAMENTO, RESGATE E DESTINAÇÃO DE FAUNA TERRESTRE
- PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE FAUNA AQUÁTICA E TERRESTRE
- SUBPROGRAMA DE MONITORAMENTO DE ATROPELAMENTO DA FAUNA

4. LOCALIZAÇÃO:

Os arquivos shapefile e tabelas com os vértices dos polígonos de supressão estão disponíveis no processo administrativo FCEI 587170 (aba documentação).

Condições de Validade / Observações

1. CONDICIONANTES GERAIS:

- 1.1. Comunicar ao IMA, o início e o término das atividades de supressão.
- 1.2. Os trabalhos de supressão devem ser orientados e supervisionados por profissional legalmente habilitado. Antes do início das atividades de supressão, deverá ser encaminhada ao IMA, a ART de execução, emitida por profissional legalmente habilitado, devendo estar devidamente assinada.
- 1.3. A supressão será autorizada somente nos polígonos que compõem as áreas apresentadas no processo VEG/83883/CFI (FCEI 587170).
- 1.4. A Autorização de Corte somente tem validade acompanhada da respectiva Licença Ambiental de Instalação.
- 1.5. É de responsabilidade da empresa detentora da Autorização de Corte o pleno atendimento da legislação ambiental em vigência.
- 1.6. A equipe que realizará os serviços de supressão deve ter consigo uma cópia autenticada da autorização de corte de vegetação, inclusive com o mapa das áreas de intervenção.
- 1.7. O transporte do material lenhoso do local deverá estar acompanhado do respectivo Documento de Origem Florestal - DOF.

2. CONDICIONANTES ESPECÍFICAS:

DA SUPRESSÃO:

- 2.1. Deverá ser colocada uma placa no canteiro de obra referente a supressão indicando: nome do proprietário, número da autorização de corte e prazo de validade, área autorizada e o responsável técnico pela execução do projeto de corte com o número da ART.
- 2.2. Deverá ser realizada a demarcação dos marcos físicos da área de supressão.
- 2.3. Os trabalhos de supressão deverão ser orientados e supervisionados pelo profissional responsável pela execução do corte, conforme ART de execução.
- 2.4. O corte de vegetação deverá ser realizado de forma semi mecanizada, com uso de motosserras, e forma manual, com uso de ferramentas como: foice, machado, facão, dentre outros.
- 2.5. A derrubada deve ser feita de maneira orientada para evitar danos ao patrimônio privado, ao patrimônio público e à vida das pessoas.
- 2.6. O avanço da supressão deve se dar de maneira que a fauna possa se deslocar para os remanescentes florestais do entorno. Para isto, aplicar o Subprograma de Salvamento, Afugentamento, Resgate e Destinação de Fauna Terrestre.
- 2.7. É terminantemente proibido o uso do fogo, assim como de equipamentos de terraplenagem para a derrubada da vegetação. É vedado o uso de fogo para a queima dos resíduos vegetais resultante da supressão e o uso de defensivos agrícolas (herbicidas, desfolhantes ou outros).
- 2.8. Toda a galharia, resultante do corte das árvores, deve ser retirada do local e disposta em local adequado até seu transporte definitivo da área. Em hipótese alguma os resíduos oriundos da supressão poderão ser lançados em terrenos de terceiros, sem autorização, nos corpos hídricos ou em Área de Preservação Permanente.
- 2.09. Previamente e concomitantemente ao início das atividades de supressão, realizar: o levantamento de todos os indivíduos de espécies ameaçadas de extinção, quantificando-os para futura compensação; a demarcação, coleta e realocação de espécies epífitas, mudas de espécies ameaçadas de extinção; a coleta de sementes de espécies ameaçadas de extinção para produção de mudas e enriquecimento por meio de semeadura.

DAS DIRETRIZES GERAIS:

- 2.10. Quanto à emissão de ruídos: utilizar equipamentos em boas condições de uso e com manutenção assegurada, principalmente os veículos e equipamentos movidos a diesel, onde as revisões deverão dar especial atenção aos abafadores de ruídos dos escapamentos de gases.
- 2.11. Quanto a geração de resíduos, capacitar os colaboradores da obra através de palestras sobre a segregação, acondicionamento e destinação dos resíduos gerados, em especial os resíduos orgânicos.
- 2.12. Recolher os resíduos dos locais de trabalho e encaminhá-los ao serviço de coleta local para o transporte e destinação adequados, adotar procedimentos que evitem a contaminação dos cursos d'água.
- 2.13. A empresa e seus equipamentos utilizados no procedimento de supressão de vegetação devem estar devidamente registrados no órgão ambiental competente.

DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS:

Para evitar alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, durante a supressão deverá:

- 2.14. Implantar unidades de apoio em locais planos e já antropizados para manutenção dos equipamentos/máquinas.
- 2.15. Manter as máquinas e equipamentos em perfeitas condições de uso e de acordo com um cronograma de manutenção preventiva, evitando o risco de vazamento de óleo e combustível.
- 2.16. Utilizar mão de obra capacitada, bem como preparar equipe através de cursos específicos referentes a esse impacto.
- 2.17. Disponibilizar kits de emergência contra vazamentos.
- 2.18. Utilizar lonas impermeabilizadas no caso de necessidade de reparo de máquinas e equipamentos em local não impermeabilizado ou nas frentes de trabalho.
- 2.19. Disponibilizar banheiros químicos para uso nas frentes de trabalho, os quais deverão ser limpos diária e regularmente realizada a manutenção por caminhão limpa-fossa devidamente legalizado.

DAS COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS:

- 2.20. Realizar o plantio de mudas das espécies nativas ameaçadas de extinção *Cedrela fissilis* e *Calophyllum brasiliense*, na proporção de 1:9. (vide prazos e relatórios)
- 2.21. Realizar a semeadura, na proporção de 1:9, da espécie *Euterpe edulis*. (vide prazos e relatórios)
- 2.22. Realizar a doação, ao INIS, de mudas das espécies *Cedrela fissilis*, *Calophyllum brasiliense* e *Euterpe edulis*, na proporção de 1:1 (vide prazos e relatórios)
- 2.23. Executar o Subprograma de resgate e realocação da flora. (vide prazos e relatórios)
- 2.24. Realizar a averbação da área de 2,9 ha, no imóvel matriculado sob o nº 35.732, para cumprimento da compensação ambiental pelo corte de vegetação nativa (vide prazos)
- 2.24.1. A área a ser averbada receberá garantia do status de preservação permanente.
- 2.25. Apresentar comprovante de aquisição de crédito de reposição florestal (vide prazos).

DOS RELATÓRIOS:

- 2.26. Apresentar relatórios descritivos e fotográficos, semestral, durante o período de realização da supressão. O relatório deve conter Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de profissional habilitado, principalmente para cumprir a legislação ambiental. Todas as fotos devem estar

georreferenciadas e datadas.

2.27. Apresentar relatório consolidado conclusivo referente às supressões de vegetação. O relatório deve ser acompanhado de fotos georreferenciadas e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de profissional habilitado, principalmente para cumprir a legislação ambiental.

2.28. Apresentar relatório descritivo fotográfico, consolidado, com a comprovação das compensações ambientais pela supressão das espécies ameaçadas de extinção (itens 2.20, 2.21 e 2.22).

2.28.1. Apresentar os valores absolutos de indivíduos suprimidos, separados por espécie ameaçada de extinção.

2.28.2. Apresentar a ocorrência de espécie ameaçada de extinção, não identificada no inventário florestal, identificando e quantificando.

2.28.3. Todas as fotos devem estar georreferenciadas.

2.28.4. Os relatórios devem indicar a localização das áreas de compensação (tabela com coordenadas geográficas e arquivo no formato shapefile).

2.28.5. Os relatórios devem indicar a localização de cada muda plantada (tabela com coordenadas geográficas e arquivo no formato shapefile).

2.28.6. Todos os indivíduos plantados devem permanecer marcados a campo para vistoria técnica de comprovação.

2.28.7. Ao término da execução, informar o IMA para vistoria técnica.

2.29. Apresentar relatório descritivo fotográfico, consolidado, com a comprovação do resgate e realocação de epífitas

2.29.1. Todas as fotos devem estar georreferenciadas.

2.29.2. Os relatórios devem indicar a localização das áreas de realocação (tabela com coordenadas geográficas e arquivo no formato shapefile).

2.29.3. Os relatórios devem indicar a localização de cada espécime realocado (tabela com coordenadas geográficas e arquivo no formato shapefile).

2.29.4. Todos os indivíduos realocados devem permanecer marcados a campo para vistoria técnica de comprovação.

2.29.5. Ao término da execução, informar o IMA para vistoria técnica.

DOS PRAZOS A SEREM CUMPRIDOS:

EM ATÉ 90 DIAS APÓS A EMISSÃO DA AuC:

2.30. Apresentar certidão atualizada, do imóvel matriculado sob o nº 35.732, com a averbação da área de compensação (2,9 ha), com garantia de status de área de preservação permanente.

2.31. Apresentar comprovação de aquisição de créditos de reposição florestal.

ANTES DE INICIAR A SUPRESSÃO:

2.32. Apresentar a ART de execução do profissional responsável pelo acompanhamento e orientação das atividades;

2.33. Apresentar a ART do profissional responsável pelo manejo da fauna;

2.34. Comunicar ao IMA o início das atividades.

SEMESTRALMENTE:

2.35. Apresentar relatórios descritivos-fotográficos das atividades de supressão, elaborado por profissional habilitado.

IMEDIATAMENTE APÓS A FINALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE SUPRESSÃO:

2.36. Comunicar imediatamente ao IMA, a conclusão das atividades de supressão, para que seja realizada a vistoria técnica.

EM ATÉ 30 DIAS APÓS A FINALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE SUPRESSÃO:

2.37. Comprovar o cumprimento da compensação das espécies ameaçadas de extinção, com apresentação de relatório descritivo fotográfico consolidado.

2.38. Apresentar relatório consolidado comprovando o cumprimento do Programa de resgate e realocação de epífitas.

2.39. Apresentar relatório consolidado conclusivo, das atividades de supressão, com registro fotográfico e ART de profissional habilitado e responsável pela elaboração.

2.40. Todos os prazos serão contados através de dias corridos.